

Clipping UERGS - Assessoria de Comunicação (Ascom)

Assunto: Audiência pública discute a gestão democrática e o financiamento da Educação

Veículo: Assembleia Legislativa do RS

Editoria/Coluna: Geral

Data: 05-09-2022

Local/Abrangência: Porto Alegre/Estadual

Link/Página:

<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/Default.aspx?IdMateria=329409>

Formato:

Impresso

Internet

Rádio

TV

Enfoque:

Positivo

Negativo

Neutro

Na tarde desta segunda-feira (5), a Comissão Especial para Monitorar o Plano Estadual de Educação, presidida pela deputada Sofia Cavedon (PT), promoveu sua quarta audiência pública. No encontro, realizado em formato híbrido, foram debatidas as metas 19 e 20 do plano, que tratam da gestão democrática e do financiamento da Educação.

Sofia lembrou que a comissão especial tem 120 dias de funcionamento e já realizou, até o momento, quatro reuniões temáticas, três audiências públicas e visitas técnicas. A previsão é que, em outubro, após as eleições, seja apresentado e discutido o relatório final, que avaliará se foram cumpridas as metas e trará recomendações.

Gestão democrática e financiamento

No começo da audiência, as professoras da Faculdade de Educação da UFRGS Maria Beatriz Luce e Nalú Farenzena trouxeram reflexões sobre os dois temas em discussão. Na sequência, manifestaram-se os representantes das demais entidades e órgãos presentes.

Maria Beatriz Luce abordou a gestão democrática na educação. Para a professora, a gestão democrática é fundamento estrutural dos princípios e objetivos da educação nacional, sendo uma resistência contra o autoritarismo e uma estratégica de formação da cidadania. "Precisamos não descuidar da noção de que a instituição escolar, em cada tempo e espaço, guarda e resguarda as demais dimensões da vida social", alertou.

A educadora enfatizou que um conceito basilar da gestão democrática é a noção de que a educação escolar, no sentido que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nos traz, é um bem comum que se constrói e só se alcança se feita coletivamente. Além da gestão escolar democrática, defendeu os conselhos, os mecanismos participativos e autoavaliação institucional. Ela ainda lamentou a falta de construção desta noção de gestão democrática nos sistemas municipais de educação. "A gestão democrática também é importante quando a gente pensa em resistir a ideias como a mordança e o silenciamento nas escolas, a militarização das escolas e a educação doméstica", finalizou.

Nalu Farenzena falou sobre o financiamento da educação. Ela reiterou a importância da definição de instâncias de monitoramento dos planos de educação e que o plano estadual deve ser entendido como um documento que contém a agenda de políticas educacionais do Estado. A professora lembrou que plano nacional é de 2014 e o estadual, de 2015, ambos tendo vigência de dez anos. Citou que o plano nacional, no que se refere ao financiamento da área, prevê a ampliação do investimento público com educação pública para atingir proporções de 7% do PIB no quinto ano (2019) e, no mínimo, 10% ao final do decênio (2024). O plano estadual do RS também busca atingir as mesmas porcentagens, além de assegurar a competência de cada ente federado.

Na sequência, Nalú apresentou dados dos indicadores monitorados pelo Inep, referente ao ano de 2020, sobre o financiamento educacional e gráficos com os gastos em educação e especificamente em educação pública por esfera de governo. Sobre o novo Fundeb, salientou que ele foi importante para a redistribuição dos recursos, mas não representou valores a mais para a área, a não ser o progressivo aumento da contribuição da União. Por fim, elencou medidas que reduziram ou cortaram os recursos públicos para a educação, como a lei de responsabilidade fiscal e as emendas constitucionais do teto de gastos e ajustes fiscais, além das crises econômicas e sanitária e a diminuição de recursos federais para a área.

Seduc

O diretor-geral da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), Guilherme Cortez, destacou que o RS tem legislação específica que determina as eleições para as direções de escola e que isso só não ocorre se não há nenhuma chapa inscrita. Falou do processo de formação progressiva para diretores e gestões de escolas promovido pela Secretaria de Educação e da modernização do pleito, com o uso de sistema eletrônico para votação.

Sobre o financiamento, Cortez defendeu o processo de autonomia financeira das escolas e informou que, desde 2013, o valor ordinário destinado às escolas é o mesmo, em torno de R\$ 119 milhões, mas que, nos últimos dois anos, o Estado conseguiu recursos extraordinários no total de R\$ 228 milhões. Segundo ele, para o Orçamento de 2023, a pasta já solicitou à Secretaria da Fazenda a reposição da inflação e reajuste de 20% em relação ao valor ordinário. Por fim, falou do impacto da redução do ICMS, que irá impactar a área e o Estado como um todo, a partir do próximo ano. A projeção é que o RS perca em torno de R\$ 500 milhões por conta dessa redução.

Sofia Cavedon deixou claro que essa redução do ICMS não passou pela Assembleia Legislativa, mas foi fruto de uma medida provisória do governo federal. Ela projetou, segundo cálculos de sua assessoria, que as perdas para o Estado sejam maiores, na casa de R\$ 800 milhões. Ela ainda lamentou a falta de profissionais nas secretarias de

Educação e de Obras, o que dificulta ou até impossibilita que as escolas consigam utilizar os recursos que recebem para realizarem as obras necessárias. "Desde 2019, temos um apagão na execução de obras e reparos nas escolas. O Estado até está entregando bastante recursos para o custeio porque não consegue executar as obras estruturais", declarou.

Ainda participaram representantes da Defensoria Pública, do Instituto de Educação General Flores da Cunha, da Adufrgs Sindical, da **UERGS**, da Univates, da AOERGS, da Fadens, da Undime, além de professores e estudantes.